

Os chefes de estado e de governo da União Europeia aprovaram esta semana na reunião de Primavera do Conselho um relatório de progresso da estratégia de Lisboa e a visão que transparece é bastante pessimista. Se a União Europeia se quiser aproximar do objectivo definido de ser a economia mais competitiva do mundo em 2010, todos os países terão de introduzir reformas urgentes nos seus sistemas de educação e de formação. Se a posição europeia é de algum nervosismo, a portuguesa é de urgência imediata. De facto, ocupamos cauda de indicadores importantes como taxa de frequência do ensino secundário e todas as avaliações feitas são desoladoras quanto à qualidade da aprendizagem nas nossas escolas. Em Portugal apenas 45% dos jovens completam o secundário, enquanto em Espanha são já 67% e em França 83%. O objectivo apontado para 2010 é de 90%, uma taxa que já foi atingida em vários países em adesão a leste. A gravidade da situação é bem conhecida como se depreende de declarações recentes do governador do Banco de Portugal e contudo não se conhece uma estratégia global de ataque ao problema. Estando pendente na Assembleia da República a nova Lei de Bases da educação poderemos acalentar a esperança de que esse seja o ponto de partida para a revolução que é necessário fazer em todo o nosso sistema de educação e de formação. Aparentemente, haverá financiamento comunitário nos próximos anos para algumas iniciativas nesta área mas bem sabemos que os problemas nem sempre se resolvem com dinheiro. Pelo contrário temos visto entre nós casos de dinheiro que atirado ao problema só vai atizar o fogo que arde sem resultados e a gestão do Fundo Social Europeu é disso exemplo paradigmático. É o momento para acordar a opinião pública para o problema e para alertar para que algo seja feito de novo. A manutenção dos nossos bons velhos hábitos só vai manter, e portanto agravar, os problemas. Se aí pusermos mais dinheiro poderemos mascarar um pouco a realidade e tornar ainda mais difícil a sua resolução posterior.

A despesa pública com a educação é em Portugal superior à média europeia. Temos o privilégio único de conseguir ter uma despesa pública por aluno mais alta no básico e secundário do que no superior. Temos um sistema de ensino superior completamente desregulado com a convivência de um sistema estatal similar ao de outros países vizinhos e um sistema privado pretensamente sem fins lucrativos que é de longe o maior de todos os países da velha Europa. A componente vocacional é quase inexistente a todos os níveis, no secundário, e no superior universitário ou politécnico. A formação profissional está entregue a uma rede totalmente ineficaz e muito cara que só sobrevive através das ajudas comunitárias que distorcem completamente a realidade. Uma paisagem tão negra poderá convidar à inacção e essa tem sido a política dos últimos muitos anos. O sistema educativo formal tem de crescer ao nível secundário mas é a componente vocacional que terá de ser estimulada. O sistema de ensino superior tem de se adaptar às novas condições de “mercado de trabalho” e de dar um grande salto qualitativo que lhe permita acompanhar a rápida transformação dos nossos competidores. A formação profissional não poderá mais estar entregue a uma mesma agência que financia, executa, acompanha e avalia os resultados. As instituições que temos não serão capazes de responder ao desafio se não criarmos os estímulos correctos e não lhes permitirmos uma forma de governo que lhes permita construir e executar uma estratégia de resposta. A experiência de autonomia das instituições públicas de ensino superior tem de ser concretizada numa forma que não mais se confunda com uma autogestão imobilizadora. As estratégias de solução estão bem identificadas mas, em geral, só os ex-ministros da educação (qualquer que seja a sua cor política) é que têm a coragem de vir a público explicitá-las. Cabe à opinião pública ajudar os actuais a que as implementem antes de passarem a ex! Temos as competências para o fazer. Só é necessária a coragem de quebrar as malhas dos interesses criados e nem sequer será necessário romper com nenhum “direito adquirido” dos agentes em serviço para alterar o rumo e saltar para a vanguarda da Europa na educação e na formação e assim atingir a qualidade de vida europeia a que temos direito.